



GRUPOS MARGINALIZADOS NA ARENA POLÍTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA E DESESTRUTURAÇÃO DEMOCRÁTICA

MARGINALIZED GROUPS IN THE POLITICAL ARENA
IN TIMES OF PANDEMIC AND DEMOCRATIC DESTRUCTURING

GRUPOS MARGINALIZADOS EN LA ARENA POLÍTICA
EN TIEMPOS DE PANDEMIA Y DESESTRUCTURACIÓN DEMOCRÁTICA

Cristina Schmidt Silva Portéro

■ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Fez estágio pós-doutoral na Cátedra UNESCO/ Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Mestre em Comunicação e Jornalista pela Umesp-SP. Professora na Faculdade Bertioga - SP. Colaboradora no PPG UMC em Políticas Públicas. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas Públicas em Comunicação Diversidade e Cidadania.

■ Email: E-mail: cris_schmidt@uol.com.br



RESUMO

O cenário mundial está marcado por uma acentuada crise política e desestruturado pela pandemia do coronavírus. Países onde elites retrógradas emergem ao poder, vêm anulando políticas públicas sociais e, com elas, desestruturando Estados voltados à proteção social. É justamente nesse contexto de rupturas e exclusões que os grupos populares acentuam suas atuações sociais e políticas de resistência, sobrevivência e transformação. Nessa linha, com pesquisa bibliográfica e documental, este artigo faz uma reflexão sobre a atuação dos grupos marginalizados na arena política por meios folkcomunicaçãois, com linguagem própria à sua audiência. E procura evidenciar tais grupos como atores fundamentais no processo de agendamento e manutenção de políticas públicas, bem como nas articulações para a reconexão democrática. Constatou-se que desse contexto emergem movimentos sociais, que em tempo de pandemia global se mostraram efetivos nas práticas sociais para garantir políticas públicas de emergência e manter a sobrevivência coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: FOLKCOMUNICAÇÃO. POLÍTICAS PÚBLICAS. GRUPOS MARGINALIZADOS. DEMOCRACIA. PANDEMIA.

ABSTRACT

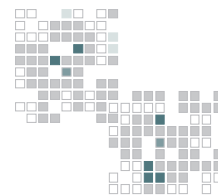
The world scenario is marked by a sharp political crisis and unstructured by the coronavirus pandemic. Countries where retrograde elites emerge to power have been nullifying public social policies and, with them, disrupting States aimed at social protection. It is precisely in this context of ruptures and exclusions that popular groups accentuate their social and political actions of resistance, survival and transformation. Along these lines, with bibliographical and documentary research, this article reflects on the role of marginalized groups in the political arena by folkcommunicational means, with a language specific to their audience. And it seeks to highlight such groups as fundamental actors in the agency process and maintaining public policies, as well as in the articulations for democratic reconnection. It was found that social movements emerge from this context, which in a time of global pandemic proved effective in social practices to ensure emergency public policies and maintain collective survival.

KEY WORDS: FOLKCOMMUNICATION. PUBLIC POLICY. MARGINALIZED GROUPS. DEMOCRACY. PANDEMIC.

RESUMEN

El escenario mundial está marcado por una aguda crisis política y desestructurado por la pandemia de coronavirus. Los países donde las élites retrógradas ascienden al poder han estado anulando las políticas sociales públicas y, con ellas, desestabilizando a los Estados orientados a la protección social. Es precisamente en este contexto de rupturas y exclusiones donde los grupos populares acentúan sus acciones sociales y políticas de resistencia, supervivencia y transformación. En esta línea, con una investigación bibliográfica y documental, este artículo reflexiona sobre el papel de los grupos marginados en la arena política por los medios folkcomunicaçãois, con un lenguaje propio de su público. Y busca destacar a dichos grupos como actores fundamentales en el proceso de agenciamiento y mantenimiento de las políticas públicas, así como en las articulaciones para la reconexión democrática. Se encontró que los movimientos sociales emergem de este contexto, que en un momento de pandemia global se mostró eficaz en las prácticas sociales para asegurar políticas públicas de emergencia y mantener la supervivencia colectiva.

PALABRAS CLAVE: FOLKCOMUNICACIÓN. POLÍTICAS PÚBLICAS. GRUPOS MARGINADOS. DEMOCRACIA. PANDEMIA.



INTRODUÇÃO

Por todo o mundo, países onde elites retrógradas emergem ao poder, vêm anulando políticas públicas sociais e, com elas, desestruturando Estados que se colocam voltados à proteção social. Existe publicamente um embate entre instituições, de modo a desqualificar setores que mantêm esses Estados como democracias participativas e inclusivas: sistema judiciário, legislativo, processo eleitoral, ciência, educação e cultura. São grupos econômicos e religiosos, ideologicamente hegemônicos no meio político, vinculados a um posicionamento neoliberal para a soberania do “mercado” e a consequente exclusão social.

Vários analistas econômicos e políticos têm apresentado dados que demonstram esse alinhamento neoliberal entre grupos conservadores que estão levando sistematicamente à “morte das democracias”. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, em seu livro “Como as democracias morrem” (2018), fazem uma avaliação perspicaz e muito bem fundamentada sobre esse processo que vem ocorrendo em vários países de diferentes continentes. Colocam em destaque os Estados Unidos, exemplificando com as atitudes do ex-presidente Donald Trump que põem a Democracia em risco. E alertam que para a ruína do sistema democrático não é preciso necessariamente uma intervenção militar, ela pode vir pelas mãos de uma liderança eleita – presidente ou primeiro ministro – que, em seus postos, rapidamente desmantelam toda uma estrutura representativa arduamente conquistada ao longo de décadas.

Os eleitos vão subvertendo todo processo democrático em negociações com grupos externos ao governo, por meio de ministros e demais cargos estratégicos atribuídos aos correligionários, tomam medidas para o fechamento ou sucateamento de instituições públicas, representações populares são anuladas, arquivos apagados, patrimônios destruídos. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018, p.16) afirmam

que “o retrocesso democrático hoje começa nas urnas”. O Brasil, assim como os Estados Unidos, é um exemplo claro disso.

Com um processo eleitoral cheio de estratégias escusas, com muitas notícias falsas e estímulos a posturas preconceituosas de todo tipo – religiosas, sexuais, étnicas, etária, classe social – também foram criadas teorias da conspiração e uma cultura do ódio a tudo o que é diferente. Uma divisão tão drástica e violenta que leva a ações de extinção de etnias como a indígena, sufocamento e perseguição de atividades agrícolas diversificadas e familiar, destruição avassaladora das florestas, predomínio de milícias em periferias do país; aspectos que vão além da destruição de um Estado inclusivo, chegam à destruição de uma Nação em suas relações culturais, comerciais, em pactos internacionais, nas parcerias e cooperações mundiais.

O relatório da Economist Intelligence Unit (EIU), que avalia 167 países, apontou o ano de 2019 como o pior para a democracia. EUA, sob o governo de Trump, deixou de ser considerada democracia plena. Índia, Brasil e Polônia com governantes descomprometidos ficaram consideradas como democracias em risco. Isso, por tais agentes apresentarem posturas autoritárias e adotarem medidas que transgridem as constituições de seus países e demais poderes constituídos, por estimularem e praticarem a violência entre grupos divergentes, e utilizarem sistematicamente a desinformação ou a falsa informação. Nesse compasso,

O último aviso é uma tendência a restringir liberdades civis de rivais e críticos. Uma coisa que distingue autocratas de líderes democráticos contemporâneos é sua intolerância à crítica e a disposição de usar seu poder para punir aqueles que – na oposição, na mídia ou na sociedade civil – venham a criticá-los. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p.69)



Com o cenário mundial marcado por essas crises políticas e desestruturado pela pandemia do coronavírus, todos os países foram forçados a adotar uma série de medidas que evitassem a propagação da Covid 19. Medidas que levaram à obrigatoriedade de isolamento social, e fechamento total em meios comerciais e de serviços, empresariais e governamentais. Isso levou à suspensão de todas as atividades sociais públicas e privadas que geravam aglomerações de pessoas como: produção industrial, aulas em todos os níveis; festas e manifestações familiares, coletivas e políticas; eventos profissionais e/ou científicos; atividades de lazer em praias, parques e shoppings; suspensão de todo tipo de programação cultural (cinema, teatro, shows, exposições); restrição de atividades esportivas (academias, campeonatos, olimpíada). O que não pôde ser adiado, foi suspenso e, aos poucos, voltou-se para o mundo virtual, remoto. Grande parte das atividades passou a ser realizada por meio das infovias, no universo da cibercultura.

Além disso, nesse período de pandemia da COVID19, ficaram mais evidenciadas as discrepâncias sociais de todos os tipos: desemprego, fome, violência doméstica, aumento da inflação, falta de moradia, precariedade em serviços de saúde, descaso de autoridades.

É justamente nesse contexto de rupturas e exclusões que os grupos populares acentuam suas atuações sociais e políticas. Organizam-se por meio de redes de solidariedade para ultrapassar as barreiras impostas e criar mecanismos de sobrevivência. Para isso, recorrem a diferentes processos de comunicação a ponto de constituírem meios próprios de comunicação e diálogo e, dessas, recorrem naturalmente às redes virtuais que ampliam e agilizam suas estratégias. Nesses espaços midiáticos são expressas as ideias e informações próprias aos grupos em sua linguagem, de modo que emissor e receptor se fazem entender numa comunicação própria ao

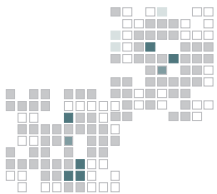
mundo que pertencem dentro do que conceitua Beltrão ao definir o processo de Folkcomunicação (Beltrão, 2001).

Nessa linha, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, esse artigo faz uma reflexão sobre a atuação dos grupos marginalizados na arena política, num contexto de desmonte democrático e pandemia do novo coronavírus. Procura evidenciar tais grupos como atores fundamentais no processo de agendamento e manutenção de políticas públicas, bem como nas articulações para a reconexão democrática. E por fim, coloca os grupos marginalizados como atores fundamentais na arena política, por meios folkcomunicacionais, com linguagem própria à sua audiência, apresentam características decorrentes do contexto social em que estão inseridos, dando-lhes maior visibilidade e força para negociações mediadas.

Políticas Públicas, Atores e Agenda

Quando se fala em Políticas Públicas, é importante trazer o conceito, pois existe uma diferença terminológica que ora as distanciam, ora as aproximam. Diferença conceitual que está no contexto e na ação, pois nem toda ação política é uma política pública, mas pode levar a uma. O uso que se faz da palavra “política”, em países de origem latina como o Brasil, Espanha, Itália e França é diferenciado e traz duas conotações: uma em que a política é entendida como a atividade política, o exercício do poder; a outra, relacionada à ação ou organização. Mas em ambos os casos, oferecem margem para significados distorcidos. No inglês, por exemplo, existem duas palavras para indicar estes dois conceitos abstratos: *politics* (para política) e *public policy* (para política pública).

Em Leonardo Secchi (2017) esses termos são detalhadamente apresentados para que não haja dúvidas sobre os termos e apropriações para as ações dos atores sociais, independente do grupo



cultural que pertencem. “Política é mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação.” Nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor esse termo expressa a forma de administrar, de se posicionar no mercado ou na sociedade. Já o termo Política Pública trata “do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. As políticas públicas são acompanhadas de qualificadores: política pública educacional, de saúde, econômica, tributária, etc. (SECCHI, 2017, p.1-6)

Schmidt e Santos (2017) explicam que no campo das políticas públicas existem aqueles conhecidos como atores sociais. Esses integrantes da cena política possuem o importante papel de atuação diante do processo de agendamento, construção, implantação, e nos desdobramentos das políticas públicas. Para Secchi (2010), os atores sociais são pessoas ou grupos que atuam na sensibilização pública acerca dos temas relevantes ou ainda concentram sua ação diretamente na elaboração de propostas que serão convertidas em políticas públicas. Esses atores tem seu desempenho na arena política, ou seja, “o lugar onde ocorre a disputa política”.

Essas atuações na arena política levam a formação de uma agenda, considerada de um modo geral como “conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”, e especificamente a “agenda formal” como aquela relacionada diretamente ao poder público em que se relaciona o “conjunto de problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Também é conhecida como agenda institucional”. Ainda outros dois tipos a agenda política que se relaciona à avaliação dos atores institucionais ou políticos que abriga o “conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública”. E, a agenda da mídia que engloba o “conjunto de problemas ou temas que recebe especial atenção dos diversos

meios de comunicação” (SECCHI, 2017, p.151).

Por isso, é importante ficar claro que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. Os atores devem interagir e participar igualmente dos processos, definir pautas e projetos, buscar recursos, promover aproximações e diálogos, fazer coligações, e resolver conflitos na arena política (SECCHI, 2017, p.77). São os atores sociais que devem pautar as agendas dos gestores para as Políticas Públicas, principalmente àquelas que compreendam:

- A Diversidade Cultural como dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável;
- A perspectiva da diversidade na formação humana;
- Percepções sobre a pobreza e sua erradicação;
- O reconhecimento da ancestralidade como patrimônio imaterial;
- Pertencimento racial, geracional, de gênero entre outras diversidades como dimensão existencial;
- atendimento universal para a saúde e para a educação; etc.

Classe, diversidade e grupos marginalizados

Diferentes encaminhamentos políticos estão levando a democracia brasileira a uma crise dramática: corte e congelamento de verbas, mudanças de leis constitucionais, privatizações e sucateamentos de instituições estratégicas (questões essas, ligadas a ciência, a tecnologia, a educação, a informação e ao abastecimento) e estão fazendo ruir a estrutura social e ampliando as desigualdades e exclusões dos grupos populares. Fato este que, durante toda a história brasileira, sempre foi recorrente, havendo um menosprezo pelos grupos populares e por políticas participativas.

A classe dos trabalhadores urbanos e, principalmente, dos rurais sempre foi tratada como inferior, medíocre, ignorante. Resultado



de uma interferência colonialista inicialmente de origem portuguesa, e que atualmente ressurgiu com força, em dimensões capitalistas globais lideradas pelos neoliberais. No início dos anos 1990, em minha dissertação de mestrado, fiz um estudo bem detalhado sobre a desqualificação da cultura popular mostrando o percurso dos “caipiras” (trabalhadores de região interiorana e rural), as diferenças criadas nas estruturas sociais e nos meios de comunicação, e o tratamento discriminatório, pejorativo e marginalizador por todo o processo.

Essa segregação social impôs aos grupos populares – rurais e urbanos –, uma condição de busca de mecanismos para resistência social e diálogo inter-grupo. Processos culturais próprios mesclados com valores hegemônicos foram sendo ressignificados pelas comunidades e recriadas para atender uma necessidade de posicionamento social. Canais próprios de comunicação e transmissão de informação e, outros ainda, para a formação social e política. Esses canais se materializam em diferentes formas de expressão, são processos de folkcomunicação que possibilitam a transmissão de informações e formações, a organização social e a atuação na arena política. A história dos grupos marginalizados é constituída por manifestações que auxiliam na compreensão de classe, na mobilização social, no fortalecimento comunitário. Manifestações em diferentes formatos como: folhetos, cordeis, cartazes, pixações e grafites, músicas e danças, procissões e passeatas. (BELTRÃO, 1981)

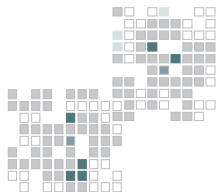
Inclusive, no cenário político atual, que reposiciona o capital para objetivos de algumas classes sociais que estão levando ao desmonte da democracia participativa, faz com que os grupos marginalizados multipliquem suas expressões envolvendo um número grande de grupos sociais compostos por uma diversidade cultural ampliada. Importante esclarecer aqui,

quando falo de grupos populares ou grupos marginalizados estou adotando como base a teoria das classes em Marx. Para ele, “as classes são expressão do modo de produzir da sociedade no sentido de que o próprio modo de produção se define pelas relações que intermedeiam entre as classes sociais, e tais relações dependem da relação das classes com os instrumentos de produção” (BOBBIO, 1986, p.171).

Isso quer dizer que em uma sociedade capitalista, “em estado puro”, há duas classes: a dona dos meios de produção ou a burguesia, e aqueles que vendem sua força de trabalho ou o proletariado. Mas, conforme esclarece Bobbio (p.171), Marx chama de “formação social” ao analisar o processo histórico contemporâneo em que vários processos de produção compõem as sociedades capitalistas. Daí que nesse contexto considera a

pluralidade de classes ou de agrupamentos no seio das classes (por exemplo, uma burguesia financeira, comercial, industrial, um proletariado e um subproletariado, componeses independentes e braceiros agrícolas, etc.) e o antagonismo dominante se articulará em vários antagonismos particulares, abrindo campo à formação de alianças entre Classes diversas e entre uma Classe e frações dissidentes da classe antagonista. (Bobbio, 1986, p.171)

Em meio a essas pluralidades é que as classes se mantêm em um sistema de relações em que ocorrem antagonismos, na medida em que os interesses de uma classe sejam diversos e contrapostos aos interesses da outra. E são justamente essas classes burguesas agrupadas em áreas diferenciadas que têm em mãos a hegemonia política, econômica, jurídica, comunicacional. E, são estas que se desassocia dos interesses democráticos populares para sobrepujar a democracia liberal ou oligárquica



– uma vez que a classe política também é uma elite que representa as classes burguesas em suas diferentes configurações.

No que se refere à realidade brasileira, “as classes burguesas” levaram as “classes populares” a reconhecerem pouco a pouco suas identidades como formadoras de um país multicultural – um país novo formado por povos milenares, já dizia Darcy Ribeiro (1995). E foi justamente a diversidade cultural a norteadora para a formulação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que serve de parâmetro supremo às demais normativas regionalizadas. Esta “Carta Magna” foi nomeada pelo povo brasileiro como a Constituição Cidadã justamente por compreender as demandas da diversidade cultural brasileira.

A presença diferenciada de povos múltiplos e diversos na realidade nacional, ao longo da história, foi delimitando a vida em sociedade nos aspectos materiais e imateriais. Com uma dinâmica complexa que se consolidou no cotidiano, os grupos sociais incorporaram, assimilaram e formaram expressões delimitadoras da cultura brasileira. É uma sucessão de trocas que foi ocorrendo (e ainda ocorre) de modo a interferir no cenário político de forma sistemática.

Manifestações, Mediação e Folkcomunicação

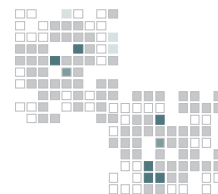
Cada grupo social se manifesta de modo a criar referências, estabelecer diálogos e conquistar espaços sociais que lhe proporcione uma vida melhor. Segundo Downing (2004), essas manifestações são resultantes de diferentes circunstâncias gerando os “movimentos sociais”, que se caracterizam de diferentes formas desde o século IX. Para o autor, primeiramente o termo “movimentos sociais” foi utilizado para compreender e definir a insurreição das massas, seja por motivação política ou contracultural

se revertiam em manifestações espontâneas de protestos e rebeldia.

Depois, a mesma expressão foi utilizada para definir os movimentos populares organizados para reivindicações classistas ou grupos mobilizados coletivamente em torno de causas humanitárias e sociais como o feminismo, a proteção ao meio ambiente, as lutas pela igualdade racial etc. Esses movimentos eram compostos por grandes grupos marginalizados dos centros hegemônicos de decisão e expressos em manifestações públicas como passeatas, greves, performances culturais, panfletagens e outras formas de comunicação próprias ao receptor – folkcomunicações.

Esses grupos marginalizados, conforme define Beltrão (1980, p.3), são aqueles que, em suas singularidades, interesses particulares, e necessidades específicas, estão inseridos em um grupo no qual têm identidade de modo a estarem vinculados a valores, posturas e propósitos comuns de “adquirir sabedoria e experiência para sobreviver e aperfeiçoar a espécie e a sociedade”. Tal processo de aperfeiçoamento individual e coletivo, segundo este autor, adquirido por meio da comunicação interpessoal que compreende vários formatos “como processo mímico, oral, gráfico, tátil, e plástico, pelo qual os seres humanos intercambiam ideias, informações e sentimentos, através de signos simbólicos” – ou seja, por meio da Folkcomunicação.

E, o terceiro tipo de movimento social, diferente dos anteriores que estavam mais diretamente relacionados a reivindicações políticas ou econômicas, está ligado ao que ele chama de “novos movimentos sociais”, voltados para o desenvolvimento pessoal ou para a identidade coletiva, por meio de festividades, artes, artesanato e outras formas culturais e próprias ao grupo – o que Beltrão define como processos folkcomunicaçãois. Os movimentos sociais estão diretamente relacionados com a comunicação e os grupos marginalizados que são



os protagonistas desses meios (BELTRÃO,1980).

Para Downing (2004), a esfera pública materializa a ágora grega e nela é possível observar diferentes teias de comunicação, em círculos que se inter-relacionam e que possibilitam mútuas comunicações, que favorecem o debate em diferentes níveis. E para Beltrão esses movimentos são decorrentes de relações interpessoais em diferentes níveis, com vários mediadores que decodificam e valorizam as mensagens e canais que viabilizam a fala, a forma, o lugar dos grupos marginalizados no cenário público.

Isso quer dizer que, os movimentos sociais operam como atores fundamentais na arena política e não manifestam apenas os aspectos ligados a uma situação, apresentam características decorrentes do contexto social em que estão inseridos, dando-lhes forma e significado. Portanto, no momento de rupturas democráticas e pandemia do novo coronavírus, as manifestações assumem diferentes status: de resistência, de divergência e oposição, de convergência e acomodação, de decisão e transformação. Isso quer dizer que, as manifestações culturais adéquam suas expressões de modo a tornarem-se um importante instrumento para crítica, pressão e formulação de políticas, podendo inserir-se na agenda pública.

Atualmente as estratégias de mediação precisam ser muito bem delimitadas para destacar o papel dos diferentes grupos sociais nesse contexto de desmonte. Grupos esses que, delimitados a esfera popular, por exemplo, têm uma posição ativa como protagonistas da mediação dentro de uma “densa rede de comunicação cotidiana”. (SCHMIDT, 2014, p.47) Esse processo leva ao entendimento das práticas comunicacionais e culturais negociadas – interações mediadas.

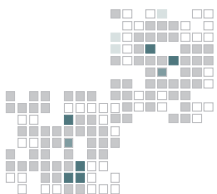
São essas ações articuladas entre os sujeitos produtores e receptores que vão criar garantias

para a manutenção das políticas públicas que ora se desfazem. E nesse sentido, exigem uma articulação que vai além dos espaços de manifestação, adentram o espaço político configurando-se como “problema público”, instrumento de política pública ou como atores políticos.

Conforme Osvaldo Trigueiro, as audiências são sempre presentes seja ela dos grandes meios de comunicação massiva ou das expressões e meios populares. Não existe o espaço vazio, não existe o sujeito ausente ou sem a capacidade de decodificar o grande volume de mensagens chegadas através da comunicação hipermediática. O que existe é uma maior ou menor relevância, um maior ou menor grau de engajamento do sujeito constituinte da audiência (...) (2005, p.4).

Schmidt e Santos (2017, p.113) explicam que as redes comunicativas podem criar diferentes relações entre diferentes grupos, inclusive entre atores e poder público, e articular imperativos diversos no sentido de atender as demandas sociais na reflexão, mobilização e constituição de políticas públicas. E, sendo as redes a proporcionar um espaço de diálogo, também se apresenta como um meio para que a comunicação entre diferentes sujeitos aconteça ao mesmo tempo em que se configura uma rede comunicativa, permeada por pessoas que transitam em diferentes realidades, haja vista que tais espaços não possuem medidas restritivas quanto ao público, mas são criados por ele.

É uma amostra de rede cultural, entendida por Schmidt (2016, p.11) como espaço de folkcomunicação, “(...) como a dimensão primária para a comunicação interpessoal e a composição de grupos ativos de audiência, ou seja, as redes sociais como conjuntos de ações múltiplas e simultâneas de comunicação que proporcionam a interação entre diferentes indivíduos, grupos e



níveis nos processos culturais”. Estas, conferem aos indivíduos um poder de participação em redes comunicativas que vão do interpessoal ao empresarial, do pessoal ao comunitário e ao planetário através de recursos interativos próprios a cada cultura. As Redes se instituem a partir de interesses comuns.

Nesse espaço folkcomunicacional, cada participante pode, a partir dos vínculos interpessoais, refletir sobre si, seu modo de vida e sua maneira de entender o contexto no qual trabalha, reside e participa das práticas culturais e ações políticas. Atualmente, com todas as rupturas democráticas e o impacto da pandemia do coronavírus, possibilita uma aproximação mais direta entre os diferentes grupos marginalizados, e intensifica as possibilidades de diálogo em rede por meios presenciais e virtuais.

Inclusive, as tecnologias nesse cenário são pouco amparadas por políticas públicas e exigem uma articulação ágil dos grupos sociais suficiente para atuar em sociedade com pronta decisão. Mas, apesar dessas possibilidades, o presente cenário é muito desfavorável para o diálogo interpessoal e a vivência harmônica entre diferentes grupos sociais, pois as divergências e contraposições dividem o momento em uma dualidade de posições. Uma cultura do ódio que tem criado contraposições de ideias e ações, e mecanismos que provocam afastamento e a desigualdade, pautados pelos grupos hegemônicos – as classes dominantes. Divergências e conflitos mediados por interesses escusos e a destruição das políticas públicas de interesse social e que poderiam auxiliar para a constituição de uma cultura da paz.

Considerações Finais

Como dissemos anteriormente, nesse momento em que se acentuam as rupturas

democráticas e a pandemia do novo coronavírus evidencia as vulnerabilidades e as desigualdades, e os grupos marginalizados assumem diferentes papéis: de resistência, de solidariedade e sobrevivência, de convergência e formação, de decisão e transformação. Isso quer dizer que, os grupos excluídos da estrutura social utilizam suas expressões de modo a tornarem-se um importante instrumento para a crítica, a pressão e a manutenção de políticas. Os movimentos sociais, nessa condição, operam como atores fundamentais na arena política e não manifestam apenas os aspectos ligados a uma situação, apresentam características decorrentes do contexto social em que estão inseridos, dando-lhes maior visibilidade e força para negociações mediadas.

Por outro lado, ainda, o reconhecimento por meio de uma ação política mediada possibilita a criação de novos canais de diálogo e promoção de cidadania. Portanto, as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico e globalizado podem formar redes comunicativas de maneiras singulares, para posicionarem sua produção cultural e atuar como grupo de pressão, com agentes/líderes folk ou ativistas midiáticos. Elas vão estabelecendo relações do local ao global para demarcar sua territorialidade para refletir em políticas de seu interesse, do mesmo modo que estabelecem interações mediatas para a elaboração de seus bens culturais (SCHMIDT, 2014, p.48).

Os movimentos sociais que conjugam os grupos marginalizados e estão coligados em processos de folkcomunicação, e têm presença significativa de agentes de folk. Estes últimos discorrem sua prática como sujeitos ativos se desdobrando para o ativismo midiático. Para Trigueiro (2006) todos que exercem uma atividade de acesso aos veículos comunicativos são considerados sujeitos



ativos, o que difere dos ativistas, que além de acessarem, desempenham uma atividade de militância, e assim, planejam e participam de movimentos nos quais manifestam suas posições. O ativista midiático é um motivador, que parte do anonimato para o reconhecimento público, ou seja, passa a ter visibilidade no bairro, em instituições públicas e nos diversos meios sociais.

E, nesse contexto em que o neoliberalismo se configura em uma fase mais perniciosa e de desmonte democrático, tomo Trigueiro (2006) que avalia ser fundamental a compreensão dos sistemas folkcomunicacionais e do papel dos ativistas midiáticos que “atuam nos movimentos participativos de cidadania, como agentes comunicadores vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos conscientes do seu papel na organização da sociedade civil” (TRIGUEIRO, 2006 p. 10).

Aliás, é justamente o resultado das manifestações sociais em suas configurações dinâmicas, com códigos próprios, e elementos atualizados para as transgressões - que interessa para refletir, avaliar onde e como atuar nesse cenário de desmonte em plena pandemia do coronavírus. E foram principalmente as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico que precisaram mobilizar-se para posicionar suas ideias e necessidades, atuando em ações de solidariedade e proteção como ativistas e pautadores da agenda pública.

Muitos movimentos sociais demonstram isso durante a pandemia: um deles, o desempenho da CUFA (Central Única das Favelas), que atuou intensamente para garantir produtos de higiene

e limpeza, cestas básicas e acesso à internet aos estudantes para as comunidades onde atua. Vários outros movimentos sociais se destacaram, como os ligados aos grupos indígenas, pelo direito à vida e à terra, pois tiveram suas áreas ainda mais invadidas por garimpeiros e madeireiros, e pelo atendimento hospitalar aos acometidos pela Covid e vacinal aos demais. Também tiveram atuação abrangente e firme os movimentos de mulheres para impedir o retrocesso dos direitos trabalhistas e as demissões, combater a violência doméstica e o feminicídio que se intensificaram no período. Outro exemplo de destaque nesse período está no MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) que, em diferentes cidades do país, criou postos de distribuição de cestas básicas com alimentos orgânicos produzidos por eles. Outra atuação importante foi dos movimentos de grupos culturais, que levaram à criação da Lei Almir Blanc, uma política pública que destina recurso financeiro emergencial para o segmento artístico.¹

Por fim, constata-se que desse contexto emergem mecanismos cada vez mais claros e firmes para que os movimentos sociais levem os grupos populares ao protagonismo de suas Democracias com práticas econômicas e políticas de acolhimento, garantia de direitos, respeito mútuo e inclusão. Esses mecanismos insurgem dos grupos marginalizados em processos de folkcomunicação, que em tempo de pandemia global se mostraram efetivos nas práticas sociais para garantir, mesmo que forçadamente e minimamente, políticas públicas de emergência para manter a sobrevivência coletiva.

¹ Todos esses movimentos foram amplamente pautados por várias mídias hegemônicas e/ou alternativas e instituições de pesquisa como: El País-Brasil, CUT, Folha-UOL, Brasil de Fato, Fio Cruz, Folha Pernambuco, G1.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Pilar. *O desafio de ser mulher em tempos de pandemia*. <https://brasil.elpais.com/eps/2021-03-07/o-desafio-de-ser-mulher-em-tempos-de-pandemia.html>. Acesso em mai. 2021.
- BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2001.
- BELTRÃO, Luiz. *A comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BERGAMO, Mônica. *MST contabiliza 5.000 toneladas de alimentos doados desde o início da pandemia de Covid 19*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/mst-contabiliza-5000-toneladas-de-alimentos-doados-desde-o-inicio-da-epidemia-de-covid-19.shtml>. Acesso em mai. 2021.
- BOBBIO, Norberto; MATTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília/DF: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- BRASIL DE FATO. *MST doa 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos durante a pandemia*. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-apanidemia#:~:text=O%20Movimento%20dos%20Trabalhadores%20Rurais,partir%20de%20campanhas%20de%20solidariedade>. Acesso em mai. 2021.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Comunicação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CASEFF, Gabriela. *Cufa retoma campanha para socorrer mães da favela na segunda onda da pandemia*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/03/cufa-retoma-campanha-para-socorrer-maes-da-favela-na-segunda-onda-da-pandemia.shtml>. Acesso em mai. 2021.
- CECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2.ed. São Paulo: Cengage, 2017.
- DOWNING, John D. H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- G1. *Lei Aldir Blanc entenda como vai funcionar a ajuda emergencial ao setor cultura*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/18/lei-aldir-blanc-entenda-como-vai-funcionar-a-ajuda-emergencial-ao-setor-cultural.ghtml>. Acesso em mai. 2021.
- IZZO, Douglas. *A luta das mulheres na pandemia*. Disponível em <https://sp.cut.org.br/noticias/a-luta-das-mulheres-na-pandemia-62f4>. Acesso em mai. 2021.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOURA, Eduardo. *Lei Aldir Blanc em SP 'virou competição de mercado', dizem movimentos culturais*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/11/lei-aldir-blanc-em-sp-virou-competicao-de-mercado-dizem-movimentos-culturais.shtml>. Acesso em mai. 2021.
- PORTAL FOLHA DE PERNAMBUCO. *Projeto da CUFA ajuda comunidades afetadas pela pandemia*. Disponível em <https://www.folhape.com.br/noticias/projeto-da-cufa-ajuda-comunidades-afetadas-pela-pandemia-na-rmr/149033/>. Acesso em mai. 2021.
- REIS, Bruno P. W. *Arena Política*. In: Giovanni, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas – Fundap*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.
- SCHMIDT, Cristina; SANTOS, Daniel M. *Redes Folkcomunicacionais e Políticas Públicas: A Escola de Cidadania e Espaço Político e de Ativismo Midiático*. Revista Internacional de Folkcomunicação, Ponta Grossa/ PR Volume 15, Número 34, p.103-118, Janeiro/Junho 2017.
- SCHMIDT, Cristina. *As manifestações Culturais como constituidoras de políticas públicas*. (IN) Valente, H.; Prados, R.M.N.; Schmidt, C. (Org.) *A música como negócio: políticas públicas e direito do autor*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- SCHMIDT, Cristina. *Redes Culturais Comunicativas: uma pesquisa colaborativa e interdisciplinar em Folkcomunicação*. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016. v. 1. p. 1-14. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2669-1.pdf> Acesso em 19 abr. 2021.
- SOUZA, Paulo Donizete de. *A emergência da cultura e a lei Aldir Blanc*. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/a-emergencia-da-cultura-e-a-lei-aldir-blanc-dd8d>. Acesso em mai 2021.
- TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. *Folkcomunicação e Ativismo Midiático*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.
- TRIGUEIRO, Osvaldo. *O ativista midiático da rede folkcomunicação*. Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 4, n. 7, 2006. Disponível em <http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/536/370> Acesso em 19 abr. 2021.
- VALVERDE, Ricardo. *Dossiê aborda o impacto da pandemia nos povos indígenas*. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/dossi%C3%A9-aborda-o-impacto-da-pandemia-nos-povos-indigenas>. Acesso em mai. 2021.

